

Relatório de Tempos Médios

Tribunal Regional federal da 4a Região

Diretoria de Informática

Secretaria de Sistemas Judiciários / Setor de Sistemas Judiciários de 1o Grau
(isf@trf4.gov.br)

Relatório de Tempos Médios

Equipe:

- Ivan Scarparo Forgearini - Supervisor Assistente de Sistemas Judiciários de 1o Grau – isf@trf4.gov.br
- Paulo Eduardo Gandin – Analista de Sistemas - peg@trf4.gov.br
- Coordenador dos Juizados Especiais Federais – COJEF – TRF4 – cojef@trf4.gov.br
- Dr. Roger de Curtis Candemil – Juiz Federal coordenador do Projeto - rogercandemil@jfrs.gov.br

Introdução

O presente projeto trata da elaboração e implantação de uma ferramenta de TI que permita aos gestores do Tribunal Regional Federal e Justiça Federal da 4ª Região, medir os processos de trabalho no âmbito local e regional, revelando informações sobre a sua realidade de resultados.

Para tanto, foram definidas a estrutura e os padrões de desempenho a serem avaliados dentro do trâmite processual, desde a distribuição até a baixa dos feitos. A estes foram agregados indicadores que sinalizam os tempos decorridos entre as etapas significativas do andamento processual, permitindo realizar análises para subsidiar decisões e projetos futuros além de revelar e disseminar as melhores práticas de administração cartorária e de prestação jurisdicional.

Histórico

Atualmente os sistemas informatizados de acompanhamento processual da Justiça Federal 1º e 2º Graus na 4ª Região (que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) armazenam uma imensa quantidade de dados, que praticamente remontam da criação da própria Justiça Federal.

Esta considerável massa de dados possui um relativo significado. Entretanto estes números careciam de um tratamento mais detalhado a fim de que possamos extrair informações de real relevância estratégica que permitam inferir projeções que orientem as tomadas de decisão. Além disso, também existe a necessidade de um instrumento que possibilite avaliar o tempo de tramitação dos processos, e de efetuar comparações entre os diversos órgãos que compõem as Seções Judiciárias e Tribunal, com vistas a identificar as melhores práticas e incentivar a sua disseminação,

Cabe ao poder judiciário, aprimorar constantemente a prestação dos seus serviços, visando atender a demanda sempre crescente por parte dos jurisdicionados. A sociedade como um todo também reivindica transparência por parte de todas as instituições, em especial, o Judiciário. Dentro deste contexto, o Conselho da Justiça Federal e mais recentemente o Conselho Nacional de Justiça têm implementado projetos de padronização, através dos quais estamos podendo prestar contas à sociedade de forma mais clara e concisa.

No âmbito da 4ª Região, a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais ao elaborar seu planejamento estratégico esbarrou na carência de indicadores que pudessem subsidiá-la. Surgiu então a iniciativa que resultou neste projeto que na sua primeira etapa atenderá apenas aos Juizados Especiais Federais (JEFs) mas que posteriormente será expandido para os Juízos de rito ordinário.

Ao mesmo tempo em que os sistemas informatizados de controle e acompanhamento processual vêm armazenando uma quantidade considerável de dados ao longo de décadas., o crescimento do judiciário nos últimos anos nos obriga a melhorar constantemente os serviços prestados, dar mais transparência aos atos processuais e prestar contas à sociedade. Além disso, necessitamos internamente de meios que subsidiem corretamente as decisões gerenciais de modo a podermos alocar os recursos disponíveis de modo a extrair o máximo proveito destes e realizar projeções para o futuro com maior precisão possível.

Entretanto os registros sobre o andamento processual ainda não haviam sido “pensados” de forma a traçar uma linha de tempo entre a entrada da petição inicial e a baixa do processo, contemplando dentro deste intervalo, as diversas etapas do trâmite processual.

Faltava:

- determinar quais etapas do trâmite processual seriam mais importantes
- quais eventos são lançados nos sistemas informatizados para representar o cumprimento de cada uma destas etapas importantes
- modelar uma estrutura de dados capaz de armazenar os intervalos de tempo transcorridos entre estes eventos
- desenvolver uma aplicação que medisse e registrasse estes intervalos de tempo
- desenvolver uma interface amigável e flexível que permitisse aos tomadores de decisão analisar todas as etapas do andamento processual, identificando os defeitos e qualidades de todo este processo de produção.

Neste caso este projeto nasceu como elemento necessário para subsidiar o planejamento estratégico dos Juizados Especiais Federais da 4a Região, e, uma vez consolidado, poderá ser estendido aos demais órgãos julgadores da Justiça Federal.

Desenvolvimento

Em janeiro de 2006 foi implantada no âmbito da 4a Região a Tabela Única de Movimentação Processual (TUMP), resultado de um exaustivo estudo coordenado pelo CJF com a participação de todas as cinco regiões da Justiça Federal. A implantação da TUMP teve como objetivos, entre outros, tornar mais clara a informação processual para o público externo e padronizar os lançamentos referentes à movimentação processual. Uma vez padronizados, permitem que sejam extraídas informações sobre todos eventos processuais, de forma a obtermos uma fotografia geral a respeito das atividades do judiciário federal.

Com base nestes eventos padronizados, a equipe de desenvolvimento, auxiliada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, selecionou os eventos que representam marcos mais relevantes do andamento processual. A partir deste ponto foi desenvolvida uma ferramenta que permite verificar os tempos transcorridos entre as diversas etapas do processo judicial visando melhor avaliar os processos de trabalho tanto no contexto geral, de toda uma Seção Judiciária, como no contexto individual de apenas uma Secretaria de Vara ou Turma.

A solução tecnológica para este caso, tomou como base a estrutura de dados existente nos sistemas de informação e acompanhamento processuais, onde temos um expressivo volume de dados, ou seja, um considerável legado que pode ser traduzido em informações de grande relevância estratégica.

Estes sistemas representam a espinha dorsal sobre a qual estão construídas as ferramentas que permitem aos usuários executar as tarefas relativas ao andamento processual. Constituem aplicações e banco de dados onde residem as informações referentes à movimentação processual:

- SIAPRO TRF – Acompanhamento processual de 2º Grau - TRF4
- SIAPRO JF – Acompanhamento processual de 1º Grau – Justiça Federal no RS, PR e SC – processos comuns e Juizados Especiais Federais
- Eproc - Acompanhamento processual para processos eletrônicos de 1º Grau – JEFs (Juizados Especiais Federais no RS, PR e SC)

Relatório de Tempos Médios

Além destes, existem os sistemas responsáveis por áreas específicas dentro do trâmite processual, os quais também interagem com as bases de dados citadas:

- Gedpro – Gestão de Documentos Processuais – Elaboração, gerência e publicação de documentos processuais - 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)
- SUP – Sistema Único de Protocolo – protocolo de documentos processuais – 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)
- SISCO – Sistema de Comunicação – comunicações internas e externas sobre atos processuais dentro de protocolo seguro – 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)

De acordo com norma estipulada pelo regimento interno do TRF e pela Corregedoria Geral desta Corte, mensalmente são contabilizados os principais eventos processuais, tais como distribuição, sentenças proferidas, baixas, remessas a tribunais superiores, etc. Estas informações são extraídas tendo como base os lançamentos efetuados pelos usuários nos respectivos sistemas de acompanhamento processual.

Os sistemas SIAPRO TRF, SIAPRO JF e Eproc armazenam todos os registros processuais desde a criação das 1as Varas Federais em 1967, incluindo todos os lançamentos de eventos que são contabilizados mensalmente e compõem diversos relatórios estatísticos, destinados tanto ao público interno e como ao público externo, CJF e CNJ. Os principais seriam:

- Distribuição – Processos novos que deram entrada durante o mês
- Julgamentos/Sentenças proferidas – Processos que foram julgados (2o Grau) ou receberam sentença (1o Grau) durante o mês
- Despachos proferidos – número de despachos emitidos durante o mês
- Remessas à instância superior – Processos onde, após sentença ou julgamento houve interposição de recurso que acarretou remessa para o TRF, turma Recursal ou Tribunal Superior
- Baixas – Processos que encerraram o trâmite após todas as etapas cumpridas.
- Suspensões – Processos em situação de suspensão
- Remessas à Contadoria – Processos remetidos aos setores de cálculo

Cada um destes eventos é gerado por um ato processual, que é registrado nos bancos de dados SIAPRO e Eproc através dos sistemas/aplicações citados acima. A contabilização estatística mensal é um procedimento escrito em linguagem Ingres 4GL que é executado todo o final de semana (contabilizações parciais) e todo o final de mês (contabilizações mensais) em batch sobre os bancos de dados Ingres do SIAPRO TRF e SIAPRO JF.

A mesma contabilização é feita no sistema Eproc por um procedimento escrito em linguagem PHP que roda sobre o banco de dados MySQL.

Com base na consolidação mensal onde quantificamos e classificamos os eventos processuais, passamos a registrar também o tempo transcorrido entre eles.

Por exemplo, ao encontrar um evento referente a Sentença Proferida em um determinado processo, o sistema retroage pelos registros estatísticos do referido feito, até encontrar o evento referente à Conclusão para o Magistrado, onde calcula o tempo transcorrido entre ambos.

Relatório de Tempos Médios

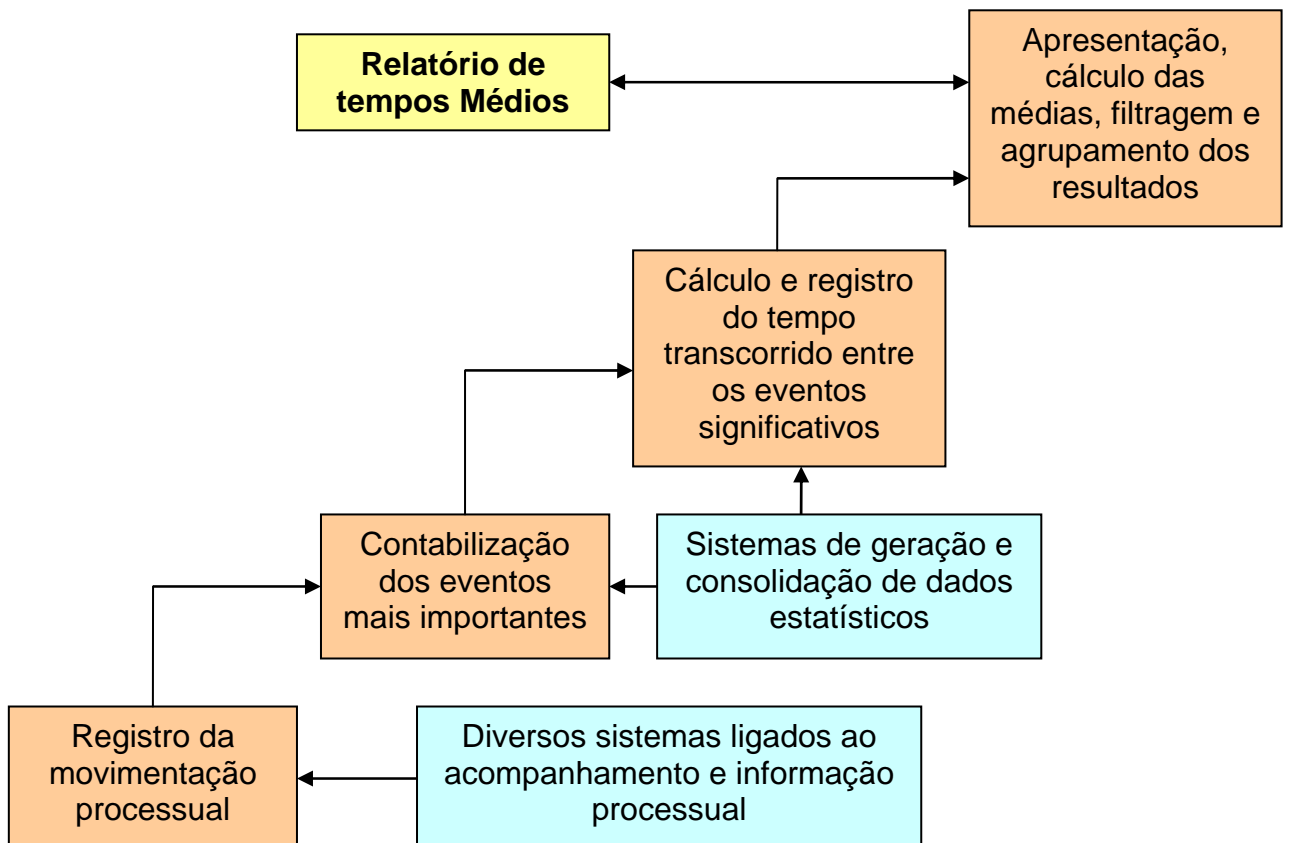
Como todas estas informações são previamente classificadas por Seção Judiciária, Vara/Turma, classe processual e objeto da ação, podemos realizar uma ampla variedade de comparações e cruzamentos.

Após obtermos esta base de dados consolidada, desenvolveu-se uma aplicação em PHP rodando sobre plataforma Intel/Apache, que oferece através de uma interface amigável, a possibilidade de obter informações sobre o desempenho individual de uma Secretaria ou de todo o Tribunal ou Seção Judiciária. Este sistema também possui dispositivos que podem, a critério da administração, definir níveis de acesso entre os diferentes graus da hierarquia administrativa das respectivas Cortes.

O sistema é flexível, permitindo a criação de novos eventos/intervalos de tempo, não necessitando para isso de nenhuma alteração de porte.

Com a consolidação prévia destas informações, economizamos uma grande quantidade de esforço computacional, apresentando os resultados de modo ágil, permitindo uma grande flexibilidade aos usuários finais para obterem as informações necessárias em seus diversos níveis.

Etapas do processo de obtenção dos tempos de tramitação.



Público Alvo

Dentro da estrutura organizacional da justiça federal da 4a Região, poderemos ter os seguintes beneficiados diretos:

Como tomadores de decisão:

- Presidência (TRF)
- Diretoria Geral (TRF)
- Corregedoria Geral (TRF)
- Coordenadoria dos Juizados Especiais (TRF)
- Direções do Foro (Justiça Federal de 1a Instância)
- Prestando assessoria aos tomadores de decisão:
- Assessoria de Planejamento e Gestão (APLANG) – Vinculada à Diretoria Geral do TRF4
- Seções de desenvolvimento Organizacional – Vinculados às Direções do Foro (Justiça Federal de 1a Instância)

Como usuários, avaliando o seu próprio desempenho médio e de seus pares:

- Gabinetes de Juizes e Desembargadores
- Varas Federais,
- Turmas

Viabilidade técnica e cronograma

O **Relatório de tempos médios** está sendo desenvolvido dentro da estrutura e das bases de dados dos sistemas informatizados da Justiça Federal já existentes, portanto não foi necessário investimento em hardware nem em software específicos. As métricas são obtidas a partir dos lançamentos efetuados com base nos atos processuais. As etapas cumpridas foram desenvolvidas pelos magistrados e servidores do Tribunal e Justiça Federal, convergindo os conhecimentos das áreas Judiciária e de Tecnologia da Informação. São os seguintes sistemas:

- SIAPRO TRF – Acompanhamento processual de 2º Grau - TRF4
 - Plataforma IBM-AIX
 - Banco de dados: Ingres
 - Aplicação: 4GL Ingres
 - Local: sede do Tribunal Regional Federal da 4a região – Porto Alegre
- SIAPRO JF – Acompanhamento processual de 1º Grau – JF (RS, PR e SC)
 - Plataforma IBM-AIX
 - Banco de dados: Ingres – três bancos de dados com estrutura idêntica, um para cada Seção Judiciária
 - Aplicação: 4GL Ingres – três aplicações idênticas uma para cada Seção Judiciária
 - Local: sedes das Seções Judiciárias (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba)
- Eproc - Acompanhamento processual para processos eletrônicos de 1º Grau – JEFs (Juizados Especiais Federais no RS, PR e SC)
 - Plataforma Intel-Apache (aplicação) / Intel- Linux (banco de dados)
 - Banco de dados: MySQL– três bancos de dados com estrutura idêntica, um para cada Seção Judiciária
 - Aplicação: PHP - três aplicações idênticas uma para cada Seção Judiciária
 - Local: sedes das Seções Judiciárias (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba)
- Gedpro – Gestão de Documentos Processuais – 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)
 - Plataforma Intel-Windows
 - Banco de dados: MS SQLServer
 - Aplicação: VB, ASP e .Net
- SUP – Sistema Único de Protocolo – protocolo de documentos processuais – 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)
 - Plataforma Intel-Apache (aplicação) / IBM-AIX (banco de dados)
 - Banco de dados: Ingres
 - Aplicação: PHP
- SISCOM – Sistema de Comunicação – comunicações internas e externas sobre atos processuais dentro de protocolo seguro – 1º e 2º Graus – TRF4 e JF (RS, PR e SC)

Relatório de Tempos Médios

O cronograma prevê os seguintes etapas:

- finalização dos testes – concluído
- implantação plena para as varas dos Juizados Especiais convencionais (processos físicos) – concluído – 1º Semestre 2007
- implantação plena para as varas dos Juizados Especiais eletrônicos Eproc (processos eletrônicos) – concluído – 1º Semestre 2007
- implantação de piloto em varas de rito ordinário (comum) na Justiça Federal de 1ª Instância – previsto – 2º Semestre 2007 – sujeito à aprovação
- implantação plena em varas de rito ordinário (comum) na Justiça Federal de 1ª Instância – previsto – 2º Semestre 2007 – sujeito à aprovação
- definições complementares para implantação no Tribunal (Justiça Federal de 2ª Instância) – previsto – 1º Semestre 2008 – sujeito à aprovação
- implantação de piloto em turmas e gabinetes no Tribunal (Justiça Federal de 2ª Instância) – previsto – 2º Semestre 2008 – sujeito à aprovação
- implantação plena em turmas e gabinetes no Tribunal (Justiça Federal de 2ª Instância) – previsto – 2º Semestre 2008 – sujeito à aprovação

A permanente evolução dos sistemas de informatização da Justiça Federal, referida anteriormente, constitui substrato técnico importante na viabilização política deste projeto. Além disso, essa viabilidade política passa pela crescente conscientização dos Administradores Públicos acerca da necessidade de aprimorar os serviços prestados pelo Judiciário, de modo a atender as cobranças da sociedade civil.

Hoje é norma constitucional tanto a necessidade de assegurar a todos no âmbito judicial, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, CF/88), como a inadiável observância do princípio da eficiência na Administração Pública (art. 37 da CF/88), dentre outros.

Assim, é certo que os Administradores, sem embargo de outras ações, devem investir na criação e aprimoramento dos instrumentos de gestão de uma Unidade Judiciária (Vara/Turma), em que se insere a idéia de criação dos indicadores de que trata o projeto.

Facilidade de reprodução:

O presente projeto constitui-se basicamente de três partes:

- Banco de dados: Ingres para processos em papel e MySQL para processos eletrônicos.
- Aplicação de consolidação: Escrita em Ingres 4GL para os processos em papel e em PHP para os processos eletrônicos.
- Aplicação de consulta: Escrita em PHP.

A modelagem de dados proposta pode ser aplicada a qualquer bando de dados. A interface (Aplicação de consulta) é desenvolvida em PHP e pode funcionar sobre a maioria dos bancos de dados existentes no mercado, bastando incluir a respectiva classe de acesso.

Além disso, como este projeto foi construído sobre a Tabela Única de Movimentação Processual (TUMP) e sendo é a forma padronizada para representar os eventos processuais em toda a Justiça Federal brasileira, temos uma solução de fácil de aplicabilidade a outros órgãos do Judiciário Federal.

Conclusão

Temos visto nos últimos tempos a crescente demanda que a sociedade tem exigido do Judiciário como um todo, não apenas pela celeridade, mas também pela qualidade e transparência nos serviços prestados. A área de Tecnologia da Informação tem sido em muitos casos, a resposta para atender a essas demandas. A linha de frente sempre consistiu na automação de procedimentos cartorários, o que resultou no que hoje chamamos de processo eletrônico ou processo sem papel, que a legislação disciplinou inicialmente apenas para os Juizados Especiais e agora também para os demais processos, ditos de rito ordinário. O presente trabalho por sua vez, visa o final do processo, ou seja, a fase que se poderia chamar “controle de qualidade”.

Considerando que no exercício de suas atividades, o Magistrado também executa a função de administrar os meios necessários para prestar a jurisdição, tais como: recursos humanos, recursos materiais, procedimentos cartorários, entre outros, este tem a necessidade de assumir o papel de gestor.

Tendo constituído uma das principais ferramentas para subsidiar a elaboração do planejamento estratégico na Coordenadoria dos Juizados Especiais da 4ª Região., o **Relatório de Tempos Médios** encontra-se apto a propiciar a análise das etapas do trâmite processual também dos processos de rito ordinário (comuns) de primeiro e segundo grau (Justiça Federal e TRF), onde estes dados servirão de subsídio para as respectivas administrações. Os indicadores disponibilizados por este sistema darão uma idéia muito mais precisa da realidade da organização, permitindo que a administração torne-se mais especializada diante das crescentes exigências da sociedade civil.

A relevância deste projeto para o público externo, no primeiro momento, consiste na ampliação do acesso à informações relativas a dimensão global dos serviços prestados aos jurisdicionados, como o tempo médio de tramitação das ações, os montantes pagos, etc. A médio e longo prazo a consequência é indireta, pois uma vez de posse de subsídios mais detalhados e confiáveis, a administração poderá avaliar com mais precisão os serviços prestados aos jurisdicionados. Poderemos avaliar de forma precisa tempos, custos, recursos materiais e humanos e melhor direcionar os esforços necessários a uma sempre melhor prestação jurisdicional.